

Guerra mundial contra a humanidade A fase terrorista do CAPITALISMO



Editorial

Os sucessos de 11 de Setembro marcam um ponto de inflexão na história contemporânea. O espectacular ataque contra o centro económico-financeiro e militar dos Estados Unidos da América abre uma nova fase na luta de classes a nível mundial, e na crise estrutural da actual economia mundo capitalista, que definitivamente opta por adoptar uma involuções de natureza terrorista.

De uma parte, rui um dos mitos sobre o que o imperialismo ianque veu construindo desde inícios do século XIX a sua prepotente hegemonia a escala mundial: a invulnerabilidade do seu território. A evidente virtualidade deste constructo, plenamente assumido e interiorizado pelo conjunto da sua população e das suas elites, bem como pela prática totalidade dos habitantes do planeta, desabou em poucas horas. Centenas de milhões de pessoas verificamos em directo por televisom que o monstro nom só podia ser atacado, senom que podia ser golpeado com êxito nos órgãos vitais do seu imenso corpo. Até o 11 de Setembro, o imperialismo ianque tinha sido combatido em diversos pontos do planeta nas múltiplas luitas abertas pela libertação e a emancipação dos povos e d@s trabalhadores/as, mas nunca tinha sido tam duramente espancado no seu próprio território num operativo militar da envergadura e complexidade do que destrui totalmente o *World Trade Center* de Nova Iorque e parcialmente o prédio do Pentágono em Washington.

De outra parte, esta acção de resposta a séculos de espólio, humilhação, exploração, dominação, colonialismo, do modo de produção capitalista sobre o conjunto da humanidade, -sem reivindicar, mas presumivelmente vinculada às organizações armadas do integrismo defensivo ou fundamentalismo de resistência- está a ser utilizada pelo bloco de classes oligárquicas para introduzir profundas limitações nas liberdades formais que desfrutava Ocidente e acelerar os planos de intervençom e guerra global contra todos aqueles povos e organizações populares que resistem os letais planos do capitalismo na sua fase de globalização e lutam pela independência nacional.

Pela primeira vez na história do Tratado do Atlântico Norte, os USA invocáram o Artigo 5 de reciprocidade e ajuda mútua no que só se pode interpretar como a urgente necessidade de fechar fileiras, coesionar os seus aliados e impulsionar a guerra global contra todo aquele que questionar o capitalismo, tal como tinham previsto os planos estratégicos desde a implosom da URSS a finais da década de oitenta.

A involuções do fundamentalismo ocidental

Bush, no 11 de Setembro, como mero gestor político dos interesses das multinacionais e do complexo militar-industrial norte-americano, aproveitou uma conjuntura favorável construída pela manipulação mediática, -ser o presidente dum país vítima de um *brutal ataque terrorista*-, para dar um golpe de estado mundial com a submissom das potências imperialistas (Uniom Europeia e Japom), e a passividade permissiva da Rússia e da China.

Que significam alguns milhares de vítimas, -na sua imensa maioria responsáveis pela aniquilação de povos, da morte de milhões de pessoas por fome e doenças; nom esqueçamos que o Pentágono é o centro neurálgico do terror militar imperialista, e que nas torres gémeas achavam-se instalados escritórios centrais de centenas de multinacionais e bancos, e da própria CIA, responsáveis de ditaduras, golpes de estado, intervençoms militares, invasions, etc- frente aos centenas de milhões de seres humanos assassinados por Ocidente desde os genocídios cometidos pelos espanhóis com as populações americanas no século XVI e XVII, passando pelo extermínio de povos e culturas

inteiras do colonialismo decimonónico, o ataque nuclear sobre as cidades do derrotado Japom em 1945, a guerra do Viet-Nam, até o bombardeamento sobre a população civil do Iraque, o Sudám ou a Jugoslávia, ou os 35.615 nen@s que, segundo dados da FAO, morrerom no mesmo dia 11 de Setembro em todo o planeta por fome e doenças?. É uma evidência que quem semente ventos recolhe tempestades.

Esse dia foi aproveitado pelo imperialismo para imprimir substanciais mudanças -previamente traçadas aos sucessos- na doutrina internacional emanada dos acordos de Bretton Woods após o conflito bélico de 1939-45 e iniciar uma guerra mundial contra o "terrorismo". Com a redefinição do mal chamado "conceito de defesa e segurança", pretende-se aplicar por decreto umhas novas regras a escala global, aliçadas no maniqueísta fim da neutralidade, na flagrante vulneração daquele direito internacional desenhado pelas potências vencedoras em 1945, na legitimação do uso ilimitado da agressom militar, no rearmamento, no recorte das liberdades e direitos cívicos, cuja consequência mais evidente é a paulatina aceleração de um estado de excepçom em todo o globo.

O integrismo ocidental, apoiando-se na justificação de esmagar o novo inimigo a bater, o integrismo islâmico, que ousou atacar simbolicamente o seu poderio, pom em andamento uma cruzada global contra os povos, @s trabalhadores/as, e oprimid@s de todo o planeta. A nova *guerra santa* contra os infieis, abençoada com toda a liturgia medieval na catedral de Sam Patrício, dirige-se inicialmente contra Bin Laden, -o ícone do integrismo islâmico construído, financiado, treinado e armado basicamente pela CIA, o SIDI paquistanês e os petrodólares dos regimes autocráticos de Arábia Saudita e do golfo pérsico-, a sua organização Al Qaeda e o regime talibám do Afeganistám, mas desde o primeiro momento fica definido sem lugar a qualquer tipo de ambigüidades que a ofensiva é geograficamente de carácter ilimitado e global, e desenvolverá-se ao longo desta década. Combater o *terrorismo*, -conceito em que se integra toda posiçom democrática que questionar o capitalismo-, em qualquer ponto do globo, bem como os estados, movimentos ou organizações que ajudam o *terrorismo*, converteu-se na *justificação* moral para espoletar a brutal ofensiva militar em curso, que procura controlar o conjunto dos recursos minerais, energéticos e humanos do planeta, e simultaneamente esmagar toda a dissidência.

Efectivamente, o ataque militar imperialista dos USA, com o apoio da UE e das potências regionais com armamento nuclear (Rússia, Índia, China, Paquistám) tem basicamente dous objectivos: controlar e apoderar-se definitivamente dos fabulosos jazigos de matérias primas energéticas da Ásia Central, e esmagar o conjunto das forças anti-sistémicas, independentemente da sua natureza ou ADN político e/ou religioso, que questionam a actual desordem internacional e as corruptas elites desses estados, para assim evitar que liderem e dirijam a resistência organizada ao neoliberalismo nas suas diferentes variantes e estruturas sociais concretas. O regime militar de Islamabad pretende liquidar o fundamentalismo islâmico; a Rússia autoritária de Putin a resistência chechena e a ameaça integrista das repúblicas asiáticas; a burguesia indiana o separatismo cachemir; a China pós-maoísta o independentismo dos territórios do norte. Mais uma vez, constata-se uma estreita comunidade de interesses entre o imperialismo ianque e as classes dominantes locais: coincidência em aniquilar um fenómeno político gestado nos últimos vinte anos que por mor do fracasso da esquerda e do empobrecimento das massas provocado pela ocidentalização forçada e que, de parâmetros do materialismo histórico, repre-

Sumário

3 A necessária leitura do (des)acordo normativo.

Maurício Castro

4 Umha achega para a análise do movimento contra a LOU.

André Seoane Antelo

5 A necessidade estratégica de articular uma alternativa de esquerda e independentista.

C.C. de Primeira Linha (MLN)

7 Uruguai, a esquerda hoje, face um novo abreinte.

Manuel Castro Deangelo

8 Independência para Palestina Adiante coa resistência armada e popular.



senta falsos projectos emancipadores. Se da ultraconservadora doutrina salafista wababita nom pode emanar nengumha alternativa ao imperialismo, da brutal agressom militar ocidental, que antecede o controlo económico desta vasta área geográfica, os povos e a classe trabalhadora só continuaremos a perder direitos e liberdades.

Desde o 11 de Setembro, desapareçerom por arte de mágia as hipócritas reticências da social-democracia, das educadas democracias burguesas ocidentais, polos métodos mais obscuros e inconfesáveis das suas políticas internacionais; a sua cínica defesa a ultrança dos direitos humanos, do respeito pola vida, da legalidade internacional, da soluçom pacífica dos conflitos, evaporou-se, passando a somar-se sem reserva algunha a apoiar as modificaçoms necessárias para adequar a legislaçom vigorante aos ditames emanados do golpe de estado concebido em Washington. Os serviços secretos, os aparelhos de estado, já nom temem qualquer reparo em afirmarem que possuem licença para matar, que podem intervir, seqüestiar e assassinar a todo aquele que qüestionar a lei do império, pois os meios de comunicaçom de massas justificam sem rubor estas práticas na necessária defesa da civilizaçom ocidental e a paz mundial.

Nesta nova fase da desordem internacional o imperialismo norte-americano está a prescindir dos organismos supranacionais que no último meio século venhem utilizando ao seu serviço para legitimar o seu intervencionismo. A ONU só cumpre um papel subsidiário, a NATO a diferença do conflito da Jugoslávia passou a um terceiro plano, e a UE carece de voz própria. Unicamente som meros instrumentos norte-americanos para justificar as suas agressoms.

Ningüem qüestiona a intervençom porque a todos beneficia. Os únicos perdedores som @s trabalhadores/as e os povos, e no imediato aqueles que lutam desesperadamente por sobreviver: Chechénia, Saara, Palestina, Curdistán, ... para os quais as resoluçoms do Conselho de Segurança da ONU, perante os reiterados incumprimentos e violaçoms, som papel molhado.

O actual processo de militarizaçom social e reforçamento dos estados policiaais, está a ser simultâneo ao processo de recorte dos direitos laborais, destruiçom de

milhões de postos de trabalho em todo o globo, precarizaçom do emprego, empobrecimento e exclusom social. Outra das grandes mentiras desta guerra mundial contra a humanidade é identificar a recessom económica com os ataques aos EEUU. A economia norte-americana, japonesa, europeia, achava-se em graves problemas antes do 11 de Setembro, embora na actualidade se tenha aprofundado com um substancial incremento da queda do comércio exterior e extensom da crise a novos sectores como o aeronáutico e turístico.

Mas a autista sociedade norte-americana, o conjunto da sua classe trabalhadora, desconhecadora do sanguinário papel desenvolvido polo seu país nos últimos 200 anos em todo o planeta, e de que o nível de vida que desfruta umha boa parte da sua populaçom se baseia no espólio de 85% da humanidade, também sofrerá com mais rigor nas suas próprias carnes as políticas militaristas do complexo militar-industrial. Ainda é cedo, nom temos suficiente perspectiva, para calcular os seus efeitos no emergente movimento antiglobalizaçom que desde Seattle vinha convulsionando umha sociedade imersa nuns parámetros de ilimitada alienaçom, mas todo aponta a que o actual patriotismo militarista fomentado polos aparelhos de estado, o virtual estado de insegurança e alarme social instalado no seio das massas, contribua para desacelerá-lo e marginalizá-lo. Hoje, os EEUU som um país ocupado polos uniformados. O poder legislativo delegou no poder executivo. Bush, quer dizer, o complexo militar-industrial, tem plenas competências para desmantelar o seu atrofiado estado de direito, convertendo o país num imenso campo de concentraçom. Actualmente, há milhares de pessoas detidas à espera de juízo polo mero facto de serem suspeitas de terrorismo pola cor da sua pel e/ou origem étnica-nacional, e o ministro de Justiça norte-americano Jonh Ashcroft pretende fomentar a cultura da delaçom em troca de acelerar os trâmites de legalizaçom de residência para @s imigrantes.

Os tribunais marciais aprovados pola Casa Branca permitem ao Estado norte-americano poder seqüestiar em qualquer parte do globo cidadãos de qualquer país, julgá-las numha base ou num porta-

avions sem direitos nem garantias legais, condená-los à morte, executá-los secretamente e deitar os seus corpos ao mar, polo "bem da civilizaçom ocidental", quer dizer, para que a burguesia mundial nom perda as taxas de benefícios que vinha desfrutando até datas recentes.

Este é o mundo a que nos quer conduzir o imperialismo.

A Espanha submissa aos ditados dos USA

O Estado espanhol, desde o primeiro dia, mostrou a sua entusiástica e obediente adesom às ordens que provinham de Washington. Desde o primeiro momento, Aznar e o PP aderiróm à coligaçom internacional, apoiárom a guerra, e aplaudiróm todas as medidas tendentes a realizar umha revisom profunda dos conceitos estratégicos de defesa e segurança. Assim, a 19 de Setembro, o ministro espanhol de Defesa, Federico Trillo, confirmava a necessidade de "mudar as conceiçoms estratégicas, as conceiçoms tácticas, os investimentos programáticos e, inclusive, certas decisoms sobre a educaçom", no quadro interno da Revisom Estratégica da Defesa Nacional e reforma dos serviços de inteligência espanhóis. Todas estas medidas contaróm com a habitual complacência do PSOE, o silêncio cúmplice das burguesias nacionalistas basca e catalá, e as mornas críticas das pequenas forças parlamentares.

O governo de Aznar também está a aproveitar a favorável conjuntura internacional para aumentar a criminalizaçom da luta dos povos e d@s trabalhadores/as, para endurecer e modificar a legislaçom vigente, com o objecto de poder ilegalizar organizaçoms políticas e sociais, recortar as liberdades, aprofundar no controlo dos meios de comunicaçom e estigmatizar sem reservas os movimentos de libertaçom nacional. A criaçom do CNI (Centro Nacional de Inteligencia), novo nome do velho CESID, e as declaraçoms do Chefe do Estado Maior da Defesa, Antonio Moreno Barberá, sobre a necessária intervençom do exército espanhol no combate contra toda ameaaça para a sobrevivência do Estado, som muito eloqüentes das mudançoms operadas.

A visita de Aznar a Washington em 28 de Novembro para receber em directo

instruçoms do imperador, e mostrar que realizou os deveres encomendados como aluno avantajado, nom é nada novo nos presidentes do Governo espanhol, quer Suárez, quer Felipe González, cumprírom com a pleitesia, mas exprime a plena submissom da UE ao poderio norte-americano e a obsessom espanhola por involucrar directamente os norte-americanos no combate contra o independentismo, alargando e trasladando essa guerra global a parte do território peninsular.

Nesta visita, Bush também aproveitou para esclarecer ao mundo que Espanha é um dos seus principais lacaios, qualificando a Aznar de "um amigo dos que primeiro chamou aginha que se produzírom os atentados do 11 de Setembro, para oferecer-nos a sua solidariedade e a sua ajuda na luta contra o terrorismo".

A necessidade de vertebrar a oposiçom popular à guerra

Na Galiza, continuamos a padecer os perversos efeitos da desmobilizaçom social provocada pola consolidaçom do quadro autonómico emanado do fascismo, e pola plena integraçom do nacionalismo institucional no seu seio. O BNG, concentrado em ganhar votos nas eleiçoms de Outubro, e seguindo o tradicional isolacionismo que define as suas preocupaçoms políticas internacionais, também aplicou a nova doutrina em curso dentro das suas limitadas possibilidades. Assim, sem dar explicaçoms, negou-se a unificar forças na mobilizaçom social contra a guerra imperialista na Galiza. Nom só nom assistiu às reunions iniciais que dêrom lugar à conformaçom da Plataforma galega pola paz e a nom intervençom, impulsada por NÓS-Unidade Popular, as entidades sectoriais da esquerda independentista e alguns movimentos sociais, senom que pressionou algumas organizaçoms integradas ou vinculadas ao seu projecto político, para abandonarem este espaço unitário e plural de luta contra a guerra. Deste modo, ADEGA e o COSAL superditárom a sua autonomia às decisoms de um BNG que tem acordado isolar politicamente a esquerda patriótica dentro de umha sistemática política de méritos e gestos com o poder espanhol.

Simultaneamente a esta política de apartheid com o independentismo, articula sem êxito umha virtual coordenadora con-

tra a guerra, em aliança com o PSOE da NATO e todas as siglas espanholistas existentes no país, com o único objectivo de cobrir o expediente.

O confusionista manifesto político sobre o qual se sela essa coordenadora, seguindo a filosofia da progressia ocidental, nom qüestiona a fundo o imperialismo, homologa os seus crimes com todo o tipo de resistência anti-ocidental, mas sim assume o discurso hegemónico imposto polo capital de condolência e condena polas vítimas dos atentados terroristas, definindo o combate ao terrorismo como um dos principais objectivos da humanidade.

Com este panorama, está a ser difícil mobilizar a esquerda social galega. Mas seria umha grave irresponsabilidade política, umha miopia de incalculáveis conseqüências, desconsiderar a dimensom dos acontecimentos do Afeganistán, as ameaaças de Bush contra o Iraque, a Somália e outros estados alheios aos ditados do neoliberalismo, a guerra global em curso contra os povos e @s trabalhadores/as, no que é o início de um combate sem trégua pola hegemonia mundial.

A esquerda independentista, como a principal expressom do movimento anticapitalista na Galiza, está a ser o precário alvo dos planos da doutrina do terror no nosso país. Combater a guerra no Afeganistán ou em qualquer canto do planeta, mantendo umha equidistante oposiçom entre o fundamentalismo ocidental e o fundamentalismo de resposta, mas sem obviar que na actualidade a contradicçom principal é a que confronta o poder do capitalismo globalizado e a imensa maioria da humanidade empobrecida pola suas criminaais políticas, nom só é um dever internacionalista, é umha necessidade para fortalecer as nossas posiçoms e enfraquecer o avanço da involuçom do capitalismo espanhol na nossa estrutura social.

Nós nom somos neutrais, nom coincidimos com o fundamentalismo islâmico, mas tampouco apoiamos a cruzada do capital; porém, estamos do mesmo lado da barricada dos que lutam contra a uniformizaçom e pola sobrevivência.

Cumpre reforçarmos a resistência, o internacionalismo e a luta pola independência nacional e a emancipaçom social de género.

PUBLICIDADE

AGARBATHI

Rúa Varela Silvari, 19. Baixo. A Coruña

Abastos

PLAZA DE ABASTOS 8. * SANTIAGO D. C.

CASA DAS CRECHAS

Baixa
Via Sacra, 3
15704 Compostela

• Casa de Xantar •
16
o dezaseis
Rua de San Pedro 16
Tfns.: 981 361 880 - 981 577 633
15703 Compostela

COPISTERIA T44
Fotocopias • Papelería
Encuadernacións • Planos
Fax • Carteis • Tarjetas
Tesis • Tesiñas
Impresión dixital e laser
R/ San Roque 31 B. T-Fax: 981 566 896
R/ Republica Argentina 44 B. T-Fax: 981 592 626
SANTIAGO

libreria couceiro

Libros Galegos e sobre Galicia
Libro Portugués
Santiago - A Coruña

LIBRERÍA FOLLAS NOVAS, S.L.

Tels.: 981 594 406 / 594 418 Fax: 981 590 612
c/ Montero Rios 37. Apdo. 504
15706 Santiago de Compostela

MARIA CASTAÑA

Raíña, 19. COMPOSTELA. Tlf.: 981 560 137

TARASCA

Entremuros, 13
Compostela • Galiza
Teléfono: 981 572 154

Local Social a sereia

rua jasmins, 13 • compostela • galiza • tñe: 981589132

CLUB DO LORO

Rúa Alóreas, n.º 9
LUGO

emo

Rua Noreas, 5
LUGO

Santa Sede

Zona dos Viños. A ESTRADA

BANICA AS CATRO VIGAS

A ESTRADA

A CANTEIRA DO BIEBO

Μυζικα e αμβιεντε ηθερογενητε
α εζΤΥαδα

Libreria SISARGAS

Rúa Curros Enríquez, 9
15002 A CORUÑA
TEL. e FAX 981.200082

lume libreria

Fernando Macías, 3
15004 - A Coruña
www.lumelibros.com
Tef.: 981 263 408
Fax: 981 264 803

PLANTA BAIXA

Rua Lepanto
VIGO

Andel

andelvirtual.com
* espacio cultural do libro galego e portugués
* música galega, celta, portuguesa
a primeira libreria virtual galega
Tel. 986 23 90 00
Rúa Pintor Lugois, 10 (Praza da Independencia) VIGO

Anil Perruqueiros

Tlf.: 981 560 377 - Praza de Feixóo, 3 baixo
(zona Rua do Preguntoiro)
15704 Santiago de Compostela

Maurício Castro

A necessária leitura política do (des)acordo normativo

Qualquer que ler o título deste artigo poderá pensar que já está bem de politizar a língua. Permita-se-me adiantar-me respondendo que num país como o nosso, como em qualquer outro cuja soberania é disputada, o conflito político está presente em todas e cada uma das manifestações da sua vida social e em todos e cada um dos seus signos de identidade nacional questionados. De facto, a decisão tomada pela *Real Academia Galega* (RAG) em 17 de Novembro é uma mostra evidente de como a política pesa na questão da língua; igualmente, a própria proposta *universitária* respondia de jeito bem claro a uma outra pulsão política. Se a primeira foi condicionada pelo *Partido Popular* desde a Junta da Galiza, a segunda ajusta-se como uma luva às necessidades políticas do *Bloque Nacionalista Galego* neste momento histórico. Enquanto o Governo autonómico, por meio dos seus qualificados porta-vozes, não oculta a sua satisfação pela resposta da RAG, boa parte da base social favorável à normalização do idioma lamenta o resultado, semelhando não perceber o condicionante político da proposta resultante da negociação auspiciada pela *Asociación Sócio-Pedagógica Galega* (AS-PG) e como essa proposta representa a derrota histórica do sector conhecido como “de mínimos”. Se a questão fosse assepticamente lingüística, a decisão não mereceria sentimentos políticos enfrentados a posições no PP, nem frustração nos deputados da primeira força da oposição. Nestas linhas, pretendemos pôr em evidência a filiação política da proposta e da sentença, os interesses materiais que ambas partes ocultam e qual deveria ser em nossa opinião a posição dos sectores mais conscientes da comunidade lingüística galega ante este conflito.

Uma vista de olhos à história

Se fignos algo de pré-história, lembraremos que antes de *Alianza Popular* impor em 1982, por decreto, o padrão lingüístico actualmente em vigor, uma comissão lingüística presidida pelo professor Carvalho Calero, a pedido da Junta pré-autonómica, elaborou em 1980 uma normativa que pretendia já o consenso entre reintegracionismo e isolacionismo. Deve ser no seu súbito e injustificado rechaço pelo poder político em favor das normas propostas pelo ILG que procuremos a causa da posterior fractura social entre as orientações reintegracionista e isolacionista. Convém sublinharmos, além do mais, que naquela comissão presidida por Carvalho Calero participaram lingüistas representativos das duas tendências, entre os que podemos citar Antom Santamarina polo ILG, o notório isolacionista e pró-franquista Filgueira Valverde ou o filólogo espanhol, nada suspeito de subversão lusitana, José Luís Pensado.

Quem revisar vinte e um anos depois aquelas normas de 80 comprovará a sua maior ambição na consecução de um galego pulcro e reintegrado do que o gorado acordo de 2001, um acordo este último promovido, como se sabe, pelo próprio ILG, a AS-PG e os departamentos de Galego da Corunha, Vigo e Compostela; um acordo, de resto, que no plano estritamente lingüístico pouco mais acrescentaria do que recomendar as soluções da chamada “banda alta” da actual norma oficial, e nem sempre. A primeira conclusão que tiramos, portanto, é que a Galiza não só perdeu vinte anos ancilosa na espanholidadora norma proposta pelo ILG em 82, senão que a suposta alternativa que propõem o ILG e os departamentos de Galego em 2001 fica muito por baixo da verdadeira norma de consenso de 1980.

Aliás, cabe sublinhar que o isolacionismo, promovido durante estas duas décadas pelo poder político espanhol, teve no *Instituto da Língua Galega* (ILG) o seu representante máximo até não há muito, responsável pela orientação extremamente sectária, por anti-reintegracionista, das normas de 82 (com as suas posteriores revisões, a última de 95). Quanto ao reintegracionismo, recorde-se que contou de uma parte com os “pragmáticos” chamados “de mínimos”, sector política, sindical e culturalmente afim ao BNG. Este sector exerceu durante estes anos de reintegracionista no mundo das ideias, mas com uma prática contraditória, nomeadamente se levamos em conta que em princípio se proclamou “de mínimos” em função da existência de uns “máximos” para os que tender. Os sectores que assumiram esses máximos, constituídos em autêntico destacamento de vanguarda a partir do nascimento em 1981 da *Asociación Galega da Língua* (AGAL), levaram nestes anos bem paus da oficialidade, ao tempo que depararam com um muro de contensão construído pelas organizações do nacionalismo maioritário, refractário a apoiar a sua expansão com a sempiterna escusa de que “o povo não está preparado”. Com a perspectiva que dá a passagem dos anos e involução dos noutros defensores desses mínimos, aquela negativa a promocionar os máximos desde os mesmos inícios da sua existência —chegando a promover a cisão em organismos com maioria reintegracionista pró-AGAL como a AS-PG histórica, foi um primeiro indicio da mais recente disposição das organizações e colectivos ligados à expressão maioritária do nacionalismo galego para integrarem-se na orientação isolacionista que define a normativa oficial.

Quem é quem no actual (des)acordo normativo

Com efeito, a passagem do tempo e a influência das forças presentes no decorrer histórico fijo com que aquele quadro inicial tenha derivado em 2001 num cenário em que a maior parte dos diversos actores passaram a representar novos papéis.

A estrela desta nova representação é o mundo que rodeia e representa socialmente o BNG, que não só não avançou em direcção aos “máximos” referenciais de partida, senão que se acha empenhado em abandonar os “mínimos” em direcção a um isolacionismo mal maquiilhado. Foi, de facto, da principal força da oposição parlamentar que partiu a iniciativa por um acordo de concórdia que, mais uma vez, pretendeu deixar o reintegracionismo fora de jogo. Mas, por que tam repentino interesse em superar as historicamente irreconciliáveis diferenças com o doestado oficialismo? A resposta deve procurar-se na premente necessidade política que tem o BNG de integrar-se de vez no mundo institucional e de normalizar por completo as suas relações com o mesmo. Razões complementares som as pressões de sectores

editoriais e culturais afins, entre os que salientam A Nosa Terra e a *Asociación Sócio-Pedagógica Galega*, fartos de não receberem um peso da sectoria política lingüística oficial com a escusa de umas pequenas diferenças na escrita. Não esqueçamos que livros de texto, colecções em fascículos e outro material audiovisual diverso vinham sendo já publicados na norma oficial por muitas dessas entidades salientadas pelo BNG, entre elas a própria AS-PG, promotora a um tempo das negociações a que vimos aludindo e da histórica normativa “de mínimos”. Significativa da renúncia estratégica transparecida pela iniciativa do sector “de mínimos” é a assunção por parte do semanário ligado ao BNG, *A Nosa Terra*, da normativa oficial com imediata posterioridade ao fracasso do dito consenso. O conflito normativo é, cada vez mais, um incómodo estorvo para a normalização institucional da principal força da oposição, um dos restos delatores da radicalidade caracterizada da sua política no passado, e na actualidade representa apenas um empecilho no seu ascenso aos escritórios de Sam Caetano e no fortalecimento económico da rede de organismos sociais e empresariais que lhe som fiéis. Não podemos aqui deixar de parafrasear um dos vultos do mundo intelectual que nestes anos mantivo a ficção dos “mínimos reintegracionistas”, que recentemente publicava um artigo em que num acto de honestidade intelectual e pessoal reconhecia que a proposta de reforma procurava “**uma solución que permitise (que nos permitise) aos que estamos vencidos e derrotados poder apresentar unha digna escusa ao noso descanso... mas nen iso se nos permite**”¹.

A tentativa contou, aliás, com a participação activa do que duas décadas atrás fora principal agente do oficialismo lingüístico na sua estratégia espanholidadora: o ILG. Porém, e como o tempo não passa em balde, o célebre *Instituto* universitário compostelano perdeu boa parte da sua influência no mundo cultural financiado pela Junta da Galiza. Naturalmente, a perda de protagonismo do noutro principal representante “científico” do PP tem a sua explicação, na medida em que o espanholismo imperante na Junta arrumou as veleidades galeguistas do *Instituto* em favor de um flamante *Centro Ramon Piñeiro para a Investigación das Humanidades* que absorve de uns anos para cá o grosso dos dinheiros que antes desfrutava o ILG para as suas “investigações”. Na direcção deste *Centro* e nas suas redondezas movem-se alguns dos académicos contrários à proposta de acordo normativo, como Constantino Garcia, Jesus Ferro Ruival ou Manuel González. A perda de protagonismo (e de recursos económicos) do ILG determinou o alinhamento de boa parte dos seus membros, que não gozaram de cadeira no novo *Centro*, com o principal partido da oposição, um BNG que, como sabemos, nos últimos anos segue uma política de portas abertas para determinados sectores historicamente por ele demonizados, entre os que se encontra o próprio ILG. Poderíamos ilustrar o acontecido com uma popular sentença: *juntáron-se a fame e a vontade de comer*.

Eis, portanto, como uma rede de interesses políticos e circunstâncias sociais concretas, pouco relacionadas com o corpus lingüístico sobre o que uns e outros “operam”, permitiram

um acordo entre a intelectualidade historicamente ligada ao BNG e a de mais recente incorporação, a representada por um sector significativo dentro do ILG, após este ter perdido o seu lugar ao sol no mundo dos suculentos subsídios oficiais.

Porém, e apesar do empenhamento dos agentes citados, semelha claro que o núcleo duro do oficialismo, o que detém as rédeas do poder, não se viu forçado a negociar o acordo normativo. Eis a leitura que devemos fazer da decisão adoptada pela maioria dos membros da *Real Academia Galega*, que chegou a rejeitar uma proposta aceita pela maioria dos seus lingüistas, atingindo o culme do esperpento e pondo em evidência o carácter político, e politicamente conservador, da sua sentença. Naturalmente, a RAG está amarrada de perto pelo poder político autonómico, e só a disponibilidade deste poderá no futuro garantir uma reforma como a pretendida pelo BNG, que verificou no dia 19 de Novembro a autêntica dimensão da sua derrota eleitoral de Outubro. Permita-se-nos acrescentar que o *Partido Popular* perdeu uma magnífica ocasião para integrar lingüisticamente o BNG no sistema, e só a bebedeira pós-eleitoral encirrada polo exultante espanholismo do PP nos tempos que correm pode explicar a prepotência excludente de uma direita espanhola que recusa a plena integração do morno nacionalismo do *Bloco* no sistema constitucional a pesar de a proposta representar a sua inapelável derrota histórica. Contudo, convém reconhecermos que o nacionalismo maioritário galego é persistente e continuará a tentá-lo...

E o reintegracionismo?

A AGAL, principal e histórica entidade reintegracionista (embora não única), demonstrou ao longo destes anos uma maior autonomia política do que o oficialismo isolacionista e as entidades normalizadoras pró-*Bloco*. Eis o seu principal aval, um autêntico património que, se se mantiver nas suas coordenadas históricas, poderá apresentar algum dia ante a sociedade galega. Um património, a sua plena autonomia a respeito de qualquer instituição ou organização política concreta, que deve manter-se a toda a custa, por mais que no seu interior podam participar militantes de quaisquer tendências, como de facto acontece. No caso que nos ocupa, a AGAL mantivo-se à margem das negociações e dos seus resultados, numa posição prudente e construtiva ao ter julgado que qualquer avanço em direcção ao reintegracionismo, por tímido que fosse, teria sido positivo para o nosso idioma, sempre que não servisse de coarctada para a definitiva exclusão social da dissidência lingüística. Infelizmente, tememos que isso é justamente o que teria acontecido de ter-se aprovado a proposta do BNG.

De resto, não deve esquecer-se que o diálogo que desembocou na proposta que analisamos veu dous anos atrás acalar as vozes que, de diferentes cantos do mundo cultural galego, começavam a generalizar a exigência de uma aproximação ortográfica séria a respeito do português. Um dos resultados desta proposta “de consenso” promovida pelo BNG foi apagar aquele enriquecedor debate, que não sabemos em que poderia ter concluído.

Nos próximos meses, provavelmente assistamos a uma campanha que solicite uma rectificação à RAG, uma campanha auspiciada polos agentes implicados na negociação do acordo e que, como costuma fazer o BNG, tentará identificar os seus interesses partidistas com os do país. Assim, venderam-nos que esse acordo implicará a superação

do conflito normativo e um avanço determinante no caminho normalizador. Mais uma vez, pretenderam deixar o reintegracionismo reduzido ao papel de convidado de pedra, ante o qual este deverá contar com um discurso próprio, um discurso de calado estratégico que faça ênfase, de uma parte, na necessidade de que se permita a discrepância radical com a oficialidade, para além do que cheguem a acordar uns e outros; um discurso que, de outra parte, ponha em evidência a falsa saída que suporia a aprovação de uma nova normativa que está a ser apresentada como solução final para o idioma, na medida em que só uma orientação abertamente reintegracionista como a representada pela AGAL e polos restantes colectivos reintegracionistas servirá para favorecer realmente a normalização lingüística na Galiza, contando com o apoio que supom a presença e potência da nossa língua a nível mundial.

Em todo o caso, para além das negociações e, em geral, das políticas de salom, quaisquer medidas e campanhas serão castelos no ar se não houver por trás um significativo apoio activo da sociedade galega para a causa da normalização lingüística. Eis a principal carência actual que enfrentamos, e eis a primeira causa de preocupação que deve ter o reintegracionismo, previa a quaisquer negociações institucionais: promover e articular a consciência lingüística no seio da população galega, com a convicção de que só a força social garantirá um futuro para a nossa comunidade lingüística, e só a força social impedirá que o reintegracionismo seja deixado de parte nas discussões sobre o futuro do galego.

Um bom jeito de começar a articular essa enfraquecida força social é trabalhar pela unidade de acção do próprio reintegracionismo, hoje atomizado e sem uma estratégia de actuação definida. À margem das suas autênticas motivações, o certo é que a dia de hoje a marginalização do reintegracionismo acha fácil escusa na sua injustificável fragmentação.

O futuro do movimento reintegracionista, como ingrediente fundamental do movimento normalizador na Galiza, passa pela unidade e a plena autonomia a respeito das diversas opções partidárias, sem por isso negar as suas implicações políticas. Cada passo que se der nessa direcção será um passo à frente na concretção das principais necessidades históricas que afronta a nossa comunidade lingüística: o reintegracionismo lingüístico e o monolingüismo social.

¹ Francisco Salinas Portugal: “*De normas e concórdias... de tempos e destinos*”. A Nosa Terra nº 1012, 13 a 19 de Dezembro de 2001.

Maurício Castro, é membro do CC de Primeira Linha (MLN)

No passado dia 15 de Dezembro, tive lugar na capital da Galiza um encontro entre entidades e pessoas reintegracionistas pertencentes aos mais variados âmbitos de intervenção social. O objectivo era tirar uma posição comum ante a situação criada pela proposta de acordo normativo apresentada por oficialistas e representantes dos mínimos, e a resposta da RAG. A seguir, reproduzimos o manifesto unitário resultante de um debate que deve marcar o início de uma nova dinâmica social do reintegracionismo; uma nova dinâmica marcada pela ofensiva normalizadora e a unidade de acção entre as diversas correntes organizadas.

MANIFESTO UNITÁRIO DO REINTEGRACIONISMO NA GALIZA

Perante a proposta de reforma das normas da RAG, as organizações e pessoas reunidas a 15 de Dezembro em Santiago de Compostela, queremos manifestar o seguinte:

O Reintegracionismo é um movimento social com presença activa e tradição histórica na Galiza. Desde o início da recuperação literária da língua na Galiza existe uma visom e uma prática escrita galego-portuguesa da mesma (partilhada também pelo primeiro presidente da Real Academia Galega e por mais membros dessa instituição) que entende que esta recuperação não é possível fora do âmbito lingüístico da Lusofonia.

Desprezando esta realidade, algumas instituições, de maneira pouco transparente, pretendem fazer uma mal chamada “normativa de concórdia” que não é tal, na qual o Reintegracionismo ficou excluído.

Denunciamos o silenciamento de que continuamos a ser objecto. Independentemente de qualquer reforma que a RAG fize da sua norma, o minimamente exigível, de acordo com os direitos democráticos e com a igualdade entre as pessoas, será que se reconheça a nossa existência, o qual não sucede hoje, porquanto nem sequer podemos escrever em galego-português em igualdade de condições. Enquanto a visom galego-portuguesa da língua não seja considerada como um interlocutor válido na planificação do idioma, qualquer reforma normativa deixará sem resolver o problema lingüístico.

Fazemos um apelo a todas as pessoas interessadas na plena normalização idiomática a somarem forças nas posturas que durante muitos anos levam dignificando a língua na Galiza.

Compostela, 15 de Dezembro de 2001.

Adesons:

AGIR, Assembleia Nacional Antimilitarista (ANÁ), Assembleia Reintegracionista NH, Associação Cultural Alto Minho, Associação Galega da Língua (AGAL), Fundação Artábria, Movimento Defesa da Língua (MDL), Associação Cultural Reintegracionista Aquém Douro, A Gente da Barreira, NÓS-Unidade Popular, Primeira Linha (MLN), Renovação (Embaixada Galega da Cultura), Sociedade Cultural Marcial Valadares, Vª Irmandade, Mulheres Nacionalistas Galegas, Arma-danças.

Segue-se um grande número de adesons pessoais.



André Seoane Antelo

Umha chegada para a análise do movimento contra a LOU

A nossa tarefa revolucionária obriga-nos a manter um continuum analítico dos factos que se produzem na nossa sociedade, análise que é ainda mais necessária quando o facto observado corresponde a um desses momentos de convulsão social em que por umha vez a política passa a ser protagonizada nos polos profissionais senom por umha ampla massa que decide prescindir de intermediários para agir de jeito auto-organizado. Este é o caso do movimento contra a LOU, um movimento social integrado maioritariamente por estudantes que se desenvolveu dum jeito espectacular durante os dous últimos meses de 2001.

Dizemos espectacular porque essa foi a impressom que recebeu tanto quem dele participou como quem o observou de fora. Espectacular polo nível de participação nas mobilizações convocadas; espectacular pola sua radical natureza democrática; e especialmente espectacular por ter-se produzido num momento histórico e entre um sector social, o estudantado, em que nom era de aguardar tal explosom contestatária.

Em primeiro lugar, convém recordar que a geraçom hoje presente nas aulas universitárias galegas é aquela nascida no após-franquismo, quer dizer, as pessoas bombardeadas durante toda a sua vida pelas ideias-força da *democracia espanhola*, o "constitucionalismo", a "superaçom da ditadura", etc... Em segundo, esta mesma geraçom nasceu e viveu na etapa de assimilaçom no sistema dos partidos e sindicatos da esquerda oficial espanhola, tal como está a viver a assimilaçom do nacionalismo galego maioritário, nom sendo na sua grande parte consciente dumha alternativa organizada ao sistema político e económico imperante. Em terceiro e último, estas pessoas som as que de um jeito mais brutal estão a sofrer o bombardeamento ideológico capitalista, som a geraçom do individualismo como praxe vital e da alienaçom através das drogas, o futebol e o consumismo, como via de escape da miséria vital em que vivem submersas.

Mas, assim e todo, semelha que algo está mover-se na sociedade, algo que está a causar falhanço nos mecanismos de alienaçom de massas. Esse algo é o enfraquecimento das condições vitais da maioria da populaçom, enfraquecimento que na Europa ocidental ainda nom se traduziu numha miséria absoluta como a que se sofre na maior parte do mundo, mas que sim é percebida na destruiçom do Estado-Providência, destruiçom que cada dia é mais acelerada.

A LOU, umha lei à medida do capitalismo espanhol

A Lei Orgânica de Universidades de 2001 tem que ser integrada dentro do quadro estratégico da reforma do sistema de ensino do Estado espanhol promovida polo PP, seguindo as directrizes iniciadas polo PSOE. As suas linhas mestras som fundamentalmente duas. A primeira, adequar o ensino às necessidades de "capital humano" impostas polo sistema capitalista. No nosso contexto, passam por um recorte drástico das pessoas com título universitário, ao qual só deve ter acesso umha elite maioritariamente proveniente do bloco de classes dominante, e um reforço da especializaçom técnica dum sector da mao de obra.

Isto traduz-se na imposiçom de um sistema educativo a três níveis. Um para a elite dirigente, que passará pelas aulas universitárias; outro para a mao de obra especializada com uns mínimos conhecimentos intelectuais, à qual se destina a nova Formação Profissional; e um último nível para a ingente quantidade de massa social sem qualificaçom específica que encherá a bolsa do desemprego da qual as empresas tirarão essa maioria de trabalhadores e trabalhadoras destinadas à contrataçom em precário.

A segunda linha caracterizadora da reforma educativa do PP é a referente à funçom ideológica do ensino. Assim, das aulas tem que transmitir-se a ideia da unidade da naçom espanhola, com a conseqüente ignorância da realidade do nosso país, além de perpetuar o modelo social vigente. Resumindo, o ensino que o PP quer tem que ser capitalista, espanhol e patriarcal.

A verdade, nom nos enganemos, é que o sistema de ensino público até hoje existente já era mui semelhante ao defendido hoje polo PP. A diferença é que

agora se pretende dar umha volta de porca. De acordo com a fase por que o capitalismo histórico está a passar, fase de crise estrutural, é preciso reforçar os seus aspectos mais repressivos, aqueles que permitem umha maior e melhor exploraçom da maioria. Um destes aspectos é o correspondente à educaçom, polo que o ensino na actualidade tem que ser ainda mais capitalista, mais espanhol e mais patriarcal do que foi até esta altura.

A reacçom dos privilegiados

Mas o PP nom deveu deitar bem as contas, ou se o fiço tinha que estar mui apressado, para enfrontar-se directamente contra umha das fracçoms mais imobilistas e corporativas da burocracia estatal: o professorado universitário. Talvez influíssem na sua atitude os tradicionais "tiques" autoritários da direita espanhola, mas o certo é que nom duvidou em atacar parte dos privilégios desta casta social, submetendo o Governo universitário ao control directo do Estado. Após desta medida acha-se a necessidade de racionalizar economicamente a universidade, o que implica a desapareçom de alguma que outra cátedra universitária e mesmo de alguma que outra universidade. Evidentemente, isto nom é do agrado das pessoas que tam certas estavam da sua preminência social polo simples facto de chegar à titularidade da vaga nalgum departamento universitário.

Esta oposiçom dos privilegiados da Universidade contra umha medida concreta do governo foi trasladada à sociedade ideologicamente mascarada. Os doutores, entre os que nom adianta fazer distinçoms ideológicas pois que nestes temas agem como ente único, nom dim que estejam contra a LOU porque agredem os seus privilégios, fundamentalmente económicos, senom porque atenta contra a autonomia universitária, submetendo-a directamente ao control dos poderes político e económico, como se nom fosse assim até o de agora. Mas o certo é que a sua mensagem foi escoitada e coalhou especialmente entre o sector social mais directamente atingido pola lei, e que está em relaçom directa de submissom a respeito ao professorado, o estudantado.

Nom podemos negar que a prédica anti-LOU desde as palestras universitárias serviu como detonante do movimento de massas, poque do mesmo jeito que outras vezes umha boa parte do estudantado prestou ouvidos às palavras de ordem do professor que dizia que nom havia que secundar tal ou qual mobilizaçom estudantil, nesta ocasiom atendeu as razoms de quem animavam a mobilizar-se.

O estudantado galego reagi

Já desde há dous anos, quando após a consecuçom da maioria absoluta numha eleiçom legislativas estatais o PP se lançou decidido a aplicar o seu plano de reforma do ensino, as organizaçoms estudantis galegas venhem denunciando as conseqüências nefastas que trará para o nosso país o reforço de um ensino espanholizador ao serviço do capital. Entre essas organizaçoms estudantis salientou pola sua beligerância o estudantado da esquerda independentista, que afrontou a luita num momento caracterizado polo articulamento de umha estrutura unitária, AGIR, que atingiu a sua madurez como projecto precisamente no contexto do movimento contra a LOU.

Se em Outubro AGIR nom tivesse lançado umha campanha centrada na denúncia da LOU, seria muito difícil que o movimento tivesse atingido as dimensoms tam amplas que se verificáram. Mas, por que foi em Novembro que o estudantado saiu à rua massivamente e nom em Outubro, momento em que se produz a primeira convocatória de AGIR?



Borja Neves / Borja Vilas / Arquivo Abrente

Influírom vários factores. Em primeiro lugar, a fraqueza organizativa de AGIR, nucleada basicamente no cámpus compostelano, o que impediu o desenvolvimento pleno de umha campanha nacional. Em segundo, a acossa e a criminalizaçom do independentismo que fai com que umha boa parte do estudantado acredite que a organizaçom do estudantado da esquerda independentista é umha caste de "grupúsculo terrorista". Em terceiro, a desconfiança do estudantado diante de qualquer entidade organizada devido ao desprestígio geral da política. Desprestígio provocado por umha história ategada de traicões aos interesses das massas protagonizada por um ronsel de entidades supostamente de esquerdas ou defensoras do estudantado.

Mas, contodo, Novembro estourou, e nom houve que aguardar muito para que o estudantado se libertasse da tutela do professorado. Primeiro foi o cámpus de Compostela e depois somárom-se os outros seis cámpus galegos. O estudantado organizou-se através das assembleias que substituírom tanto as organizaçoms estudantis tradicionais como os órgaos de governo universitário. As pessoas assistentes às manifestaçoms tivérom que se contar por milhares, a actividade académica ficou em suspenso, várias facultades fórom ocupadas, as cidades fórom paralisadas por cortes de trânsito e mesmo escachou o grande mito da troula estudantil galega, a noite de umha quinta-feira compostelana viveu umha greve de consumo em que os locais normalmente ategados de estudantes ficárom baleiros.

Durante este período pudemos assistir ao desenvolvimento e madurecimento de um movimento social em que nom tardárom em surgir contradicçoms. De umha parte, o professorado pretendeu instrumentalizar o movimento estudantil para usá-lo como medida de pressom nas suas negociaçoms particulares com o Estado; tal instrumentalizaçom tentou ser contrareestada polos sectores mais conscientes do estudantado que provocárom com a sua praxe um afastamento que concluiu em confronto entre professores e estudantes em conflitos pontuais como o fechamento da Faculdade de Filologia em Compostela.

No seio do próprio movimento estudantil desenvolveu-se umha outra luita entre os sectores mais acomodáticos, proclives ao consenso e a *pax social*, e os

mais combativos, conscientes da necessidade de radicalizar demandas e métodos de luita. Assim foi que os mesmos que protestavam contra as pessoas que guindavam ovos contra os prédios oficiais, ou faziam pintadas nas entidades bancárias; coincidiam com os que defendiam a volta às aulas ou pretendiam a dissoluçom das demandas específicas do estudantado galego numha tabela comum a todos os sectores universitários. Também costumavam coincidir com os sectores mais recalcitrantemente espanholistas que questionavam o uso do idioma galego e defendiam a integraçom na dinâmica estatal.

Com todas as suas eivas e atrancos, o estudantado galego reagiu com dignidade. Se bem a fase por que passa o nosso país, caracterizada por um fraco movimento patriótico e revolucionário, após a já definitiva integraçom no sistema do BNG e das suas organizaçoms satélites e a ainda precária situaçom de imadurez da esquerda independentista, impediu que o movimento contra a LOU atingisse um nível óptimo de combatividade e consciência. Mas o certo é que podemos dizer que serviu para avançar.

No seu seio, AGIR, e portanto a esquerda independentista, soubo estar a um alto nível representando os sectores mais inconformistas do estudantado galego. Pola primeira vez, o independentismo galego foi umha das principais forças políticas actuantes num conflito social de relevância na Galiza.

A jeito de conclusom

Com o objeto de tirar alguma aprendizagem, haveria que fazer umha série de valorizaçoms finais que nos permitam perceber melhor o que é que significou o movimento contra a LOU e as conseqüências que pode trazer num futuro próximo.

Em primeiro lugar, o governo do PP sai debilitado dum conflito em que, apesar de nom se conseguir paralisar a LOU, tornou patente que a maioria absoluta eleitoral nom é maioria social. Rebelouse para muita gente qual é a natureza real de um partido que minusvalorizou em todo o momento a opiniom de amplos sectores populares que protagonizárom algumas das maiores manifestaçoms que recorda o nosso país. Para amplos

sectores sociais, ficou bem claro que o PP nom escuita a voz do povo.

Em segundo lugar, manifestou-se mais umha vez a semelhança entre o PSOE e o BNG que, com leves diferenças de matiz no seu discurso, agírom de jeito parelho pretendendo instrumentalizar o movimento social. Contodo, a sua virtualidade como alternativa ao PP fica sem ser clara, pois que nom logrãrom chegar os sectores mais descontentes que se matenhem ainda numha atitude de desconfiança diante destas duas forças políticas.

Em terceiro, como já dixemos antes, e graças à actividade de AGIR, a esquerda independentista situa-se pola vez primeira como umha alternativa política solvente para amplos sectores sociais. Diante da morneza de um PSOE e de um BNG que criticam, mas nom muito alto; a radicalidade do discurso independentista achou ouvidos entre quem descobre que com o sistema vigente nom tem nada a ganhar e sim muito a perder. Dependerá da habilidade da esquerda independentista para convencer e organizar esses sectores a possibilidade de articular umha alternativa política mais ampla.

Em quarto lugar, seja como for, resultou evidente que nem tam sequer a maquinaria ideológica do Estado espanhol é quem de ocultar as agressions contra as camadas populares e, com certeza, que estas nom estão dispostas a aturar as agressions sem dar umha resposta. O estudantado galego ergueu a sua voz e soubo pôr no seu sítio cada quem, a um lado ficárom os partidários do pacto: PSOE e BNG, e todo o ronsel de organizaçoms sectoriais afins tanto de professorado, sindicais como estudantis; no outro quem está por um ensino público e galego, e portanto, por umha sociedade mais justa e livre, entre eles e fundamentalmente, a esquerda independentista.

Portanto, devemos ficar com umha sensaçom de optimismo, já que, se bem nom triunfamos plenamente, o certo é que há mostramos claras de que algo está a se mover na consciência colectiva do nosso povo. O movimento contra a LOU demonstrou que ainda há esperanças para a rebeliom.

André Seoane Antelo é membro do CC de Primeira Linha (MLN)

C.C. de Primeira Linha (MLN)

A necessidade estratégica de articular umha **ALTERNATIVA** de esquerda e independentista



Arquivo Abrente

Os resultados eleitorais de 21 de Outubro ao Parlamento da Comunidade Autónoma som, com todos os matices que consideramos oportuno ressaltar, umha radiografia aproximada da situação sócio-política de umha estrutura de classes. Galiza, caracterizada pola desmobilização, a autossatisfação alienante, a indiferença social, e o desinteresse popular com todo o vinculado com a política. A quarta maioria absoluta atingida polo PP, a substancial queda do BNG, o ligeiro incremento experimentado polo PSOE, o estrepitoso fracasso da esquerda espanhola e as tendências alcistas das opções abstencionista, voto branco e nulo, sintetizam as principais chaves cognoscitivas para podermos interpretar o sentir generalizado da população de um país subsidiado, envelhecido, que assiste passivo à destruição das bases materiais da Nação e as contínuas agressões a que se vê submetida a sua classe trabalhadora.

A abafante vitória eleitoral do PP, embora perda 40 mil votos (1%) e um escano, vem determinada por umha complexa conjugação de factores. Nestes doze anos de gestom autoritária, a direita espanhola seguiu reforçando a rede clientelar tecida no franquismo, e submeteu todas as estruturas de poder e de gestom, das de âmbito local e sectorial até às vinculadas com a administração central, à estratégia dos seus particulares interesses partidários. A grave situação sócio-laboral de amplos sectores populares, num país envelhecido, refractário às mudanças, e cos níveis de auto-organização mais baixos do contorno geográfico, salvo umha esporádica e inconexa conflituosidade em determinados sectores e comarcas nom se exprime em termos políticos. Seria um irracional paradoxo nom destacar estes factores para podermos compreender como desde o ano 89, em que Fraga se retira a Galiza, o pa-

ís tem experimentado um recuo económico e umha profunda deterioração nas condições materiais do Povo Trabalhador, mas simultaneamente a estrutura de poder responsável directa por esta situação tenha acumulado paulatinas adesões eleitorais. Os labregos afectados pola quota láctea e as nefastas conseqüências da PAC, os desempregados, a discriminada população feminina, os marinheiros agredidos pola perda de caladoiros e a sobreexploração do sector, a mocidade trabalhadora atingida pola precarização e a eventualidade laboral, os sectores populares empobrecidos, as facções da pequena burguesia em processo de proletarização, até o momento tenhem sido incapazes de traduzir esse malestar social generalizado com a gestom de Fraga em protesto eleitoral, e muito menos em apoiar as forças, como a esquerda independentista, claramente beligerantes com o projecto excluyente e fascistoíde do PP.

O férreo controlo dos meios de comunicação, com especial destaque para a TVG, e as sistemáticas campanhas de propaganda populista que identificam o ex-ministro fascista com o abnegado e honesto trabalhador que impregna o imaginário colectivo da psicologia de massas da Galiza rural e emigrante, nom se pode desconsiderar na hora de debulhar as causas da sua vitória. Mas também devemos valorizar na análise o nefasto papel jogado pola "oposição parlamentar" como contribuíom para a vitória de Dom Manuel. O desinteresse do PSOE por deslocar Fraga, e a manifesta incapacidade do BNG por transmitir confiança e ilusom no seu projecto aos sectores tradicionais do seu eleitorado, nom contribuíom para articular esse maioritário espaço eleitoral alternativo ao *fraguismo* sobre o que pretendém sem êxito fazer girar umha campanha caracterizada polo absoluto desinteresse popular.

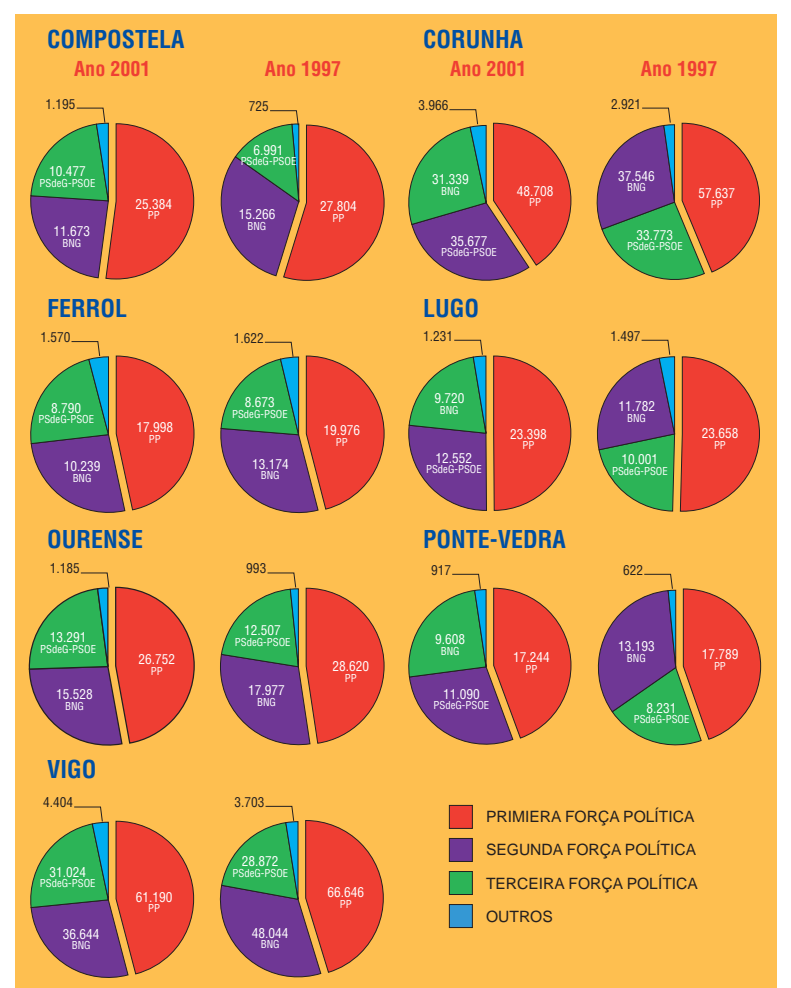
O grande beneficiado desta estratégia foi o PSOE. Tourinho e Vazquez logrãrom num contínuo exercício de contorcionismo político transmitir que desejavam um governo alternativo ao do PP, mas sem o BNG. O PSOE jogou habilmente a vaza da renovação e, com um discurso equidistante do conservadorismo do PP e do "radicalismo nacionalista" do Bloco, conseguiu dotar-se de um perfil próprio frente a um BNG convertido no seu apêndice que apelava desesperadamente à responsabilidade e fidelidade do PSOE com a sua trajectória progressista. Os contínuos gestos de esquerda do ex-Director Geral de Transportes dos corruptos governos *felipistas* e as constantes mostras de nacionalismo espanhol do alcalde corunhês e do seu testa-de-ferro Méndez Romeu, embora a simples vista semelhassem antagónicas, formãrom parte dumha complementar estratégia que resultou muito útil na hora de deter a hemorragia eleitoral e alcançar umha modesta repecuperação, logrando 24.000 votos mais (2%), provenientes basicamente do PP, que a ponto estíverom de recuperar o tam desejado sorpasso co BNG, ficando a tam só 11 mil votos de distância.

O nacionalismo institucional foi o grande derrotado nestas eleições. Abandonando toda a ambigüidade de outras ocasiões, jogando a ser o que verdadeiramente desejam os seus dirigentes, umha força plenamente incorporada ao quadro jurídico-político espanhol, o BNG abordou em 21 de Outubro com a prepotente ingenuidade de quem nom parou de crescer eleitoralmente desde 1985 à custa de renunciar aos objectivos para os quai foi fundado. A perda de 50 mil votos (2.4%), basicamente concentrados nas cidades que cogoverna co PSOE, som exponte de umha nova tendência naqueles segmentos claramente de esquerda e nacionalistas do seu eleitorado

RESULTADOS ELEITORAIS DA C.A.G.

Candidatura	2001			1997		
	Votos	%	Esc	Votos	%	Esc
PP	791.885	51,6	41	832.751	52,2	42
BNG	346.423	22,6	17	395.435	24,8	18
PSdeG-PSOE	334.819	21,8	17	310.508	19,5	15
EU-IU	10.431	0,7	0	13.964	0,9	0
DPG	6.938	0,5	0	0	0,0	0
AU.TO.NO.MO	4.481	0,3	0	2.136	0,1	0
PH	4.137	0,3	0	2.543	0,2	0
FPG	3.176	0,2	0	3.395	0,2	0
SDD	646	0,0	0	1.129	0,1	0

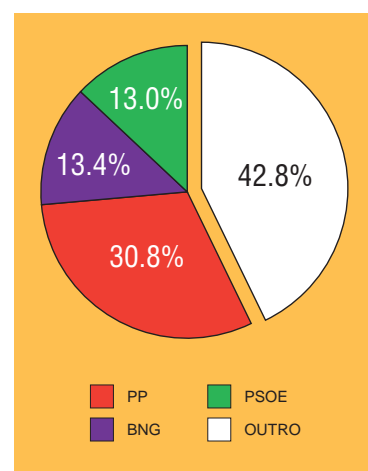
RESULTADOS NAS SETE GRANDES CIDADES



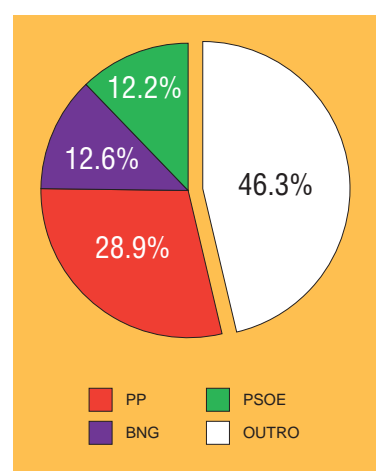
EVOLUÇÃO DA ABSTENÇÃO; VOTO NULO E BRANCO NA C.A.G.

	2001		1997	
	Votos	%	Votos	%
ABSTENÇÃO	1.022.969	37,4	961.400	35,7
VOTO NULOS	10.762	0,7	8.064	0,5
V. EM BRANCO	25.988	1,7	20.937	1,3

APOIO ELEITORAL SOBRE O CENSO ELEITORAL DA C.A.G.



APOIO ELEITORAL SOBRE O CENSO DE HABITANTES DA C.A.G.



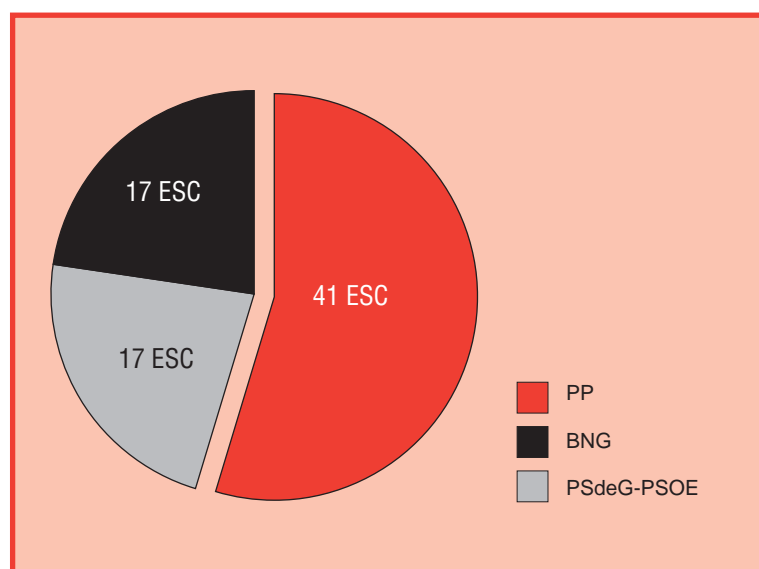
que -perante o seu *aggiornamento* e assunção da *realpolitik* com a aplicação das receitas neoliberais nos espaços que gere e refugando da sua histórica matriz nacionalista para alargar eleitorado de centro-direita-, nesta ocasião optámos por retirar um incómodo apoio. Sectores da classe operária organizada, da mocidade rebelde e da esquerda independentista, coincidem na necessidade de deixar de emprestar o seu voto a quem governa ao serviço do capital e da Espanha das autonomias.

A direcção do BNG considerava que continuava a ser possível dirigir a sua confusionista mensagem interclassista a Amâncio Ortega, proprietário de Zara-Inditex, e aos milhares de trabalhadores/as explorad@s nas suas factorias, que timidamente podia reclamar autodeterminação na Quinta e assistir aos actos comemorativos do *Patron de España* no Obradoiro, que podia conservar o apoio dos sectores mais combativos da classe obreira sem apoiar a greve geral de 15 de Junho e com um programa ao serviço da patronal e dos empresários. A pequena burguesia que dirige o autonomismo, esses centenas de quadros políticos conformados por professores, funcionários públicos, cargos institucionais, advogados, cujos ingressos mensais som seis ou sete vezes superiores ao salário mínimo, aos ingressos médios de um/uma trabalhador/a, plenamente incorporados no universo psicológico das classes de apoio da burguesia, satisfeitos e acomodados, habituados aos privilégios e a fartura, perdêram a percepção da verdadeira realidade do país. Nos seus âmbitos sociais não há desempregad@s, trabalhadores sobre-explorados pelas ETTs, desesperaçom, emigraçom, ausência de perspectivas. O BNG da pequena burguesia pretendia dirigir a sua falsa mensagem interclassista, -que na prática apenas favorece esse empresário, por muito autóctone que for, responsável pelas precárias condições de vida da imensa maioria do Povo Trabalhador Galego-, aplicar uma política de direita, governar as instituições coloniais com o PSOE dos GAL, o desemprego e a corrupção, sem que os sectores mais conscientes e combativos deste povo passassem factura.



Arquivo Abrente

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO AUTONÓMICO



Aliás, o BNG apostou por abandonar o combate nacional, focando a campanha entre forças conservadoras e *progressistas*, equiparando e avalando Tourinho como expoente da tradição galeguista.

Embora os resultados tenham sido vividos no seu seio com amargura, a direcção adoptada pelo BNG reforça a sua inexorável acomodamento no campo da social-democracia autonómica, inofensiva para o imperialismo espanhol e o capital transnacional. O posterior aperto de maos de Beiras com Fraga no debate de investidura não só simboliza a indigna claudicação de um combate: exprime a plena cristalização dos acordos da Transição por parte do BNG e a sua definitiva incorporação na *normalidade* institucional da democracia burguesa espanhola.

No 21 de Outubro assistimos a uma mudança significativa no que vinha sendo uma tradição em sectores

qualitativos da base social do nacionalismo: emprestar o voto a quem quotidianamente carece do crédito e a confiança política como mal menor.

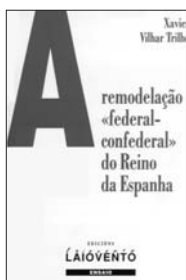
Nesta ocasião, esses sectores sociais decidimos optar pela abstenção que incrementou 2.3% (60.000 pessoas), pelo voto branco que obteve 5.000 nov@s seguidores/as, e pelo nulo, que subiu em algo mais de 2.000 sufrágios, conformando um interessante e heterogéneo espaço de protesto que cumpre ser analisado em profundidade pela esquerda independentista com o objecto de vertebrá-lo e coesioná-lo politicamente.

O imediato futuro determinará se estas tendências, que não podem ser incorporadas pelo sistema, som meramente conjunturais ou estamos assistindo ao nascimento de um corpo social que já não acredita em nenhuma das forças política tradicionais, no seu sentido mais amplo, -pois define, sem excepções, o conjunto das forças espanholas (PP, PSOE, IU e EdG), e galegas (BNG, FPG)-, e aguarda a definitiva configuração de uma força com a seriedade e confiança necessárias para canalizar esse voto de protesto estrutural.

Nunca a conjuntura, do ponto de vista objectivo, foi tão boa para a esquerda independentista. Seremos capazes de aproveitar esta situação na actualidade depende basicamente de nós próprios, da nossa habilidade política, da nossa capacidade por acertarmos e não errarmos.

Se bem o novo independentismo, articulado em NÓS-Unidade Popular, desta vez apostou acertadamente por não participar no processo eleitoral perante a ausência das mínimas condições objectivas exigíveis para poder disputar este frente de luta com garantias, tem que dar os passos necessários para dar batalha também neste âmbito de intervenção. Tal como se reflectiu nos resultados, e frente à claudicação do autonomismo, ao caduço testemunhalismo e inoperante resistencialismo, logrou sobre o terreno catalisar parcialmente a campanha eleitoral com a exitosa acção de desobediência civil, de sabotagem, realizada contra Fraga na noite de início de campanha, e ver avalada a decisão adoptada de não apoiar nenhuma das forças políticas que se apresentaram.

LIVROS



Xavier Vilhar Trilho
A remodelação «federal-confederal» do Reino da Espanha
Edicions Laiovento, Compostela 2001. 475 páginas.

O rigor científico e intelectual, a boa intencionalidade do autor batem antagonicamente com a rigidez táctica da sua actual militância política no nacionalismo autonomista à hora de abordar, com valentia e clareza, a opressom nacional que sofre a Galiza e as outras três nações sob a dominação do Estado espanhol, -Canárias, Euskal Herria e Países Catalans-, descartando um posicionamento pela única solução factível e realista -a independência nacional- para não serem definitivamente assimiladas e destruídas pela dupla pressão que padecem na actualidade, a historicamente desenvolvida pelo imperialismo espanhol, e a da maré uniformadora do capitalismo na sua fase globalizada. O professor Vilhar Trilho neste extenso trabalho opta por reforçar as teses de calculada indefinição sobre o que se levanta hoje o discurso político do BNG e da ambígua (muribunda) *Declaración de Barcelona*, renunciando à única opção realmente válida para que a nação galega possa sobreviver: dotar-se de um Estado próprio após ter recuperado a independência nacional.

A *remodelação federal-confederal* carece de qualquer fundamento teórico sério, e sobretudo é um eufemismo com que legitimar e justificar a renúncia ao objectivo final que persegue qualquer patriota e pessoa de esquerda que deseje realmente a liberdade do seu país e construir uma sociedade emancipada ao serviço da imensa maioria. A opção independentista está vetada ao longo de uma obra que teima na via reformista do projecto espanhol aprofundando no federalismo assimétrico como alternativa ao maximalismo jacobino e imperialista defendido pelo PP.

Achamo-nos perante um livro bem concebido e estruturado, embora excessivamente extenso e contraditório em certos capítulos, mas que não logra a utilidade que persegue o seu autor por mor do seu academicismo doutrinal. Para o discurso autonomista, hegemónico no BNG, é um texto inservível para a prática diária e a estratégia adoptada, e para a esquerda independentista é um ensaio evadido na sua concepção inicial.

Teremos que continuar a aguardar por esse necessário ensaio que, sem as cancelas da autocensura e o auto-ódio, teorize e aposte pela alternativa soberanista.
(Carlos Morais)



Tomàs Callau, Albert Martínez e Jordi Miró
Còrsega, un altre combat
Llibres del Segle, Gaiques (Empordà), 2001. 190 páginas.

Subtitulado como *Les converses de Matignon i el procés de pau* esta obra colectiva, realizada por três militantes independentistas catalães, é um interessante manual que permite uma rápida aproximação de uma realidade desconhecida para a esquerda independentista galega, a nação corsa e a sua luta de libertação nacional.

O livro está estruturado em três partes. A primeira é uma síntese muito básica da história e da geografia da ilha mediterrânica, acompanhada por uma série de reflexões de alguns dos seus particulares fenómenos sociais, nomeadamente a estrutura clânica tradicional. Também se dá dados sobre a situação do idioma corso, da demografia e da economia.

A segunda parte aborda a configuração do nacionalismo corso desde os seus inícios até a actualidade, para dedicar a terceira parte da obra às conversas de paz de Matignon entre o Estado francês e o movimento de libertação nacional corso. Finalmente, este trabalho vai acompanhado de uns anexos documentais onde se reproduz o anteprojecto de lei para Còrsega e o nomes e prisons em que se acham os patriotas corsos encarcerados.

Esta obra, amena e didáctica, deve ser entendida como um mero texto iniciático que permite ter uma visão sintética, embora em certas ocasiões peque de certo simplismo, da luta e dos desafios de uma nação por sobreviver perante a abafante pressão colonial de um Estado poderoso e opressor, a República francesa.
(Carlos Morais)



Camilo Nogueira
A memoria da nación. O reino de Gallaecia. Xerais, Vigo, 2001. 322 páginas

Umha nova aproximação do político galego Camilo Nogueira ao ensaio histórico. Mais uma vez, o tema tratado pelo autor é o desmascaramento da historiografia espanholista que durante séculos ocultou a história dum país, Galiza, fazendo dele um mero apêndice de Espanha.

A obra poderia-se dividir em duas partes diferenciadas. A primeira abrange os três primeiros epígrafes e nela abordam-se os aspectos político-ideológicos mais interessantes para a compreensão do papel da história como instrumento ideológico fundamental para a construção das nações. Na segunda parte, a mais ampla do livro, sob o título O Reino da Gallaecia, faz-se um relato histórico da Galiza desde o período do Baixo Império até fins do século XV.

Sem menosprezar a importância deste livro, ao fim e ao cabo som poucos os que se publicam no nosso país abordando a história desde uma perspectiva galega, achamos que, no tocante à parte mais histórica, às vezes cai-se num excesso historicista. Quer dizer, o autor aborda o relato histórico centrando-se nos aspectos político-institucionais passando muito por cima a descrição da sociedade e da economia.

Mas há que ser indulgentes, já que ao fim e ao cabo não estamos diante dum estudo histórico *strictu sensu*, senom dum ensaio analítico e crítico. Possivelmente tenha influido nesse excesso de história política o facto de que a maioria das fontes consultadas fossem obras de autores da historiografia tradicional espanhola, e que precisamente essa história tradicional espanhola está a ser criticada não pela sua metodologia científica, senom pelo seu discurso. Contudo, no aspecto ideológico, estamos diante de um livro útil como arma perante a imposição do espanholismo na Galiza, ficando claros muitos conceitos em relação com o papel da história na construção das nações e das nações na construção da história.
(André Seoane Antelo)



Francisco Martins Rodrigues (selec.) e Ana Barradas (trad.)
Marx no seu tempo. Edições Dinossauro, Lisboa, 2001. 170 páginas.

Umha nova achega da Editorial Dinossauro, promovida por @s comunistas portugueses da Política Operária, ao conhecimento de uma das mais importantes figuras históricas da humanidade, Karl Marx. Desta volta, apresenta-nos um livro em que o genial pensador alemão nos

é mostrado através do olhar das pessoas que o conheceram directamente. Amigos, camaradas, adversários, polícias... escrevem a propósito de Marx, reflectindo como perceberam a sua actividade como cientista e político revolucionário.

A obra aposta pela selecção cronológica dos textos, que se agrupam em quatro capítulos focados no Marx jovem; no período revolucionário do 1848; na etapa da I Internacional e a Comuna, e nos últimos anos da sua vida. Acompanha-se também dumha cronologia e um índice onomástico para ajudar à compreensão duns textos que na sua maioria som cartas que não temem Marx como destinatário.

Marx é o pólo de reflexom dumha multidom de pessoas que em boa parte também destacárom na história. Sobre ele escrevem de Bakunine a Engels; de Jenny a agentes secretos da polícia alemã. Múltiplos pontos de vista que permitem a construção dum retrato do homem e do político.

Mas as possibilidades deste livro vam muito mais alá, já que não só permitem conhecer Marx, senom aprofundar na realidade quotidiana do círculo de revolucionários e pensadores que transformárom o mundo na segunda metade do século XIX. Anarquistas, socialistas, liberais, homens de estado, amigos, científicos, som os co-protagonistas de um livro imprescindível para um melhor conhecimento da evoluçom vital do pai do socialismo científico.

Para poder adquirir este livro ou ligar para a editora, o contacto é o Apartado 1483, 1013 Lisboa Codex, ou o e-mail: dinopress@mail.telepac.pt Também se acha à venda nas livrarias Couceiro e Palavra Perduda, e no local social A Sereia de Compostela; Couceiro da Corunha; Sargadelos e Fundação Artábria de Ferrol; Alto Minho de Lugo; Torga de Ourense; Michelena e Paz de Ponte-Vedra; Anel do livro galego-português de Vigo.
(André Seoane Antelo)

No Uruguai de hoje, a esquerda passou nos últimos quarenta anos de ser um mero espectador, minoritário, céptico, que se dedicava a agitar e a denunciar perante as massas a decadência e a corrupção do sistema capitalista que lhe impuio a oligarquia ao nosso povo, a ser um motor que está ajudando a construir juntamente com o povo uruguaio umha autêntica alternativa ao sistema neoliberal, decadente, corrupto, sipaio e sem alternativas. Isto conseguiu-se com um autêntico trabalho de massas, primeiro deixando de lado velhas disputas sobre “vanguardas” e vanguardismos, que nada faziam ao assunto que entravam o processo acumulativo do povo, e nom eram entendidas polos trabalhadores/as, logrando dividir, sectorializar e elitizar a discusom; segundo, unindo todo o unível sob a bandeira e o programa nacional, antiimperialista, antioligárquico e de ruptura com as políticas neoliberais na moda que tenhem levado à ruína o país e empobrecido as suas gentes, alternativa que só a *Frente Amplio* pode levar a cabo por nom ter entre os seus militantes, dirigentes, simpatizantes e votantes personalidades do capitalismo, nem os seus alcaíotes de turno; terceiro, o sacrificio das velhas geraçoms com os seus mortos, os seus presos políticos e os seus desaparecidos som para os mais jovens um guia, um facho no caminho que resulta do custo que para os povos tem a luta pola libertaçom nacional.

Esta uniom de tod@s@s uruguaie@s honest@s por um país melhor e “para tod@s@s” só foi possível devido à grandeza dos fundadores da *Frente Amplio*, o sacrificado compromisso diário de milhares de militantes sociais, políticos, sindicais e cidadãos de a pé, que deixárom de lado disputas internas e interesses sectoriais, e sobretudo a maré humana que fai com que a *Frente Amplio* seja hoje umha coligaçom de partidos de diversa índole, onde estám sectores tam diversos ideologicamente como o Partido Comunista, Partido Socialista, o MLN-Tupamaros, sectores social-democratas, sectores cindidos dos partidos tradicionais (*Colorado* e *Blanco*), Democratas Cristaos, cristaos de base, trostquistas, maoístas, independentes de esquerda, ex-anarcosindicalistas; sectores que nalgum momento da sua história durante grande parte do século XX até chegárom a confrontar-se tanto no plano ideológico como até na mesma rua, às vezes até de forma violenta, pelejando polo mesmo espaço sem ter em conta que “*os factos unem-nos, as palavras separá-mos*”, até que a açom e os factos chegou a uni-los, porque da outra maneira facilitávam mais ao inimigo o seu trabalho. Homens e mulheres sem partido, junto de um muito forte movimento social que se aglutina e se organiza em sindicatos de muita longa trajectória combativa, solidária e de classe; cooperativas de consumo e inclusive na actualidade clubes de troca onde se intercambiam trabalhos por diversas mercadorias ou serviços por trabalho, etc, sem que tenha que intervir o dinheiro em nengum momento; cooperativas de poupança e crédito formada por trabalhadores e pequenos comerciantes e dirigidas

Manuel Castro Deangelo

URUGUAI, a esquerda hoje, face um novo abrente



por eles próprios; cooperativas de produçom onde prima o trabalho colectivo entre @s sóci@s; de construçom de vivendas por ajuda mútua em que @s própri@s vizinh@s construem as suas vivendas; organizaçoms sociais em que a solidariedade aflora, por exemplo nas olas populares onde comem @s desocupad@s, ou os comedores infantis dos bairros pobres; comissons de bairro que na cidade de Montevideu estám organizadas nos centros comunais zonais que tem a *intendência* da capital, onde mediante voto secreto se elege os/as vizinh@s que vam reger, administrar, e lutar por tratar de eliminar as carências da zona sob a sua jurisdiçom, sendo verdadeiros co-governantes do seu bairro; entidades agrárias que neste momento som o motor da resistência do campo ao autoritarismo dos governantes da capital, mobilizando grandes grupos que pola sua dispersom geográfica e social nunca fôrom motor do mudança para as anciloadas estruturas agrárias do Uruguai; “destacando” os Comités de Base, que som o motor da esquerda no Uruguai graças aos quais e sobretudo aos militantes que os conformam hoje a *Frente Amplio* está capitalizando (ainda nom como deverá fazê-lo, mais por obstinaçom dos seus dirigentes, ou o protagonismo de alguns e sumido a vezes em posiçoms imobilistas, parlamentaristas e até fora do contexto histórico que graças à militância de base está mudando), capitalizando como deciamos a si-

tuaçom de crise extrema que tem levado ao país à bancarrota com crescimento nulo nos últimos três ou quatro anos.

Todas estas organizaçoms sociais junto da central sindical única, clasista e unitária PIT-CNT, central que estava sendo refém de alguns sindicatos que tinham umha maioria conjuntural que perdêrom no último congresso, central sindical que embora tenha graves problemas económicos e falta de quadros e militantes por mor da situaçom extrema que vive o país, está levando a cabo com um êxito rotundo –ao pé de organizaçoms sociais e políticas opositoras ao Governo– um plebiscito anti-privatizador que está pondo a país de novo em marcha face métodos de luta que tinham caído um pouco em desuso, mobilizaçoms que estám levando a gente à rua novamente, que por exemplo logrârom que em duas jornadas populares se recolectassem mais de 125.000 assinaturas para o plebiscito anti-privatizador, (passando já das 520.000 assinaturas das 650.000 requeridas), das empresas do Estado; @s trabalhadores/as do campo mobilizados polas suas fontes de trabalho, os pequenos e medianos produtores rurais e os sectores estudantis organizados nos seus sindicatos, conformam parte do povo *frenteamplista* que se aproxima da tomada do Governo nacional (que NOM o poder, porque isto é outra cousa muito mais complexa e que a *Frente Amplio* nom se coloca), nas eleiçoms de 2004, questom que já nin-

guém discute e até os mais optimistas agoireiros do Governo dam por feito, mas nom por isso deixam de atacar e criminalizar a esquerda como se tem posto de moda após o 11 de Setembro.

Esta vai ser umha tarefa muito difícil, cheia de obstáculos, e todo um desafio para a esquerda no Uruguai, e sobretudo um grande desafio para um país tam pequeno frente ao imperialismo ianque, que nom se pode permitir de nengumha maneira que um governo com tintes nacionalistas e antiimperialista que questiona a fundo as políticas do império propondo medidas alternativas para mudar as políticas neoliberais que levárom a naçom à ruína sócio-económica, se lhe instale no curral de trás, o qual pode trazer um grave problema aos/às uruguaie@s, porque assim o indica a história do país nos seus últimos quarenta anos. Nom há que esquecer que a CIA já conspirava e treinava as forças repressivas do país muito antes do golpe de estado; como prova disto anda polas livrarias um livro do camarada cubano, infiltrado na agência, Manuel Hevia (*Passaporte 11333*) e o do ex-agente da CIA Philips Agee, (incluso na Internet se podem ver os documentos desclassificados da CIA) onde relata a ingerência do gabinete da Agência em Montevideu nos assuntos internos do país, este último facto é relatado de forma magistral no filme de Costa-Gavras, *Estado de sítio*, que relata as “ensinaças” do professor de torturas e agente da CIA

Dan Anthony Mitrione no país e outros países da Latinoamérica.

No Uruguai, como vemos, estaria dentro da lógica do império dar cabo com esta moléstia como sempre tem feito, procurando qualquer pretexto ou conjuntura que lhe for favorável, (mas isso já é outra história...).

Hoje, tratar de tirar o país da conjuntura em que se acha é umha tarefa de tod@s@s habitantes do país, porque este está num estado de descomposiçom económica e social muito grave, com umha destruiçom quase total do seu aparelho produtivo, favorecendo à banca e aos grandes capitais, com umha dívida externa que se aproxima dos 12.000 milhoms de dólares, com as exportaçoms quase paradas, com o agro, a indústria, e quase todo o país endividado em dólares, e devido ao grande atraso cambiário, à dolarizaçom dos empréstimos bancários, hoje nom se pode depreciar o peso uruguaio sem acabar de afundir à populaçom, por isso a política do governo se baseia em abaixar os custos da produçom fazendo descer os salários, mantendo de reserva um alto índice de desocupaçom como mao de obra barata e ofertando o país ao melhor postor com investimentos conjunturais que hoje estám e amanhã nom.

Mais de 45% das crianças menores de quatro anos som pobres, a taxa de desescolarizaçom nunca se vira no país, 35% de desempregad@s, nalgumas regions agroindustriais de longa trajectória chega até o 70%, carências graves na saúde, a descomposiçom das famílias agravam o índice de violência de género e o abandono das crianças, corrupçom como nunca se vira (nomeadamente nas personalidades do Governo); todo isto e muito mais, impossível de explicar em tam curto espaço, vai levar o Governo que venha em 2005 durante muito tempo a sacrificios para pôr novamente em marcha a economia, sempre e quando for permitido governar à esquerda, (nom esqueçamos o que se passou no Chile de Allende); por isso hoje o maior desafio que tem a *Frente Amplio* e toda a esquerda uruguaie é fazer, quando lhe toque, um governo austero, honesto, de muito alto conteúdo social onde se privilegie unicamente as crianças e os/as velh@s, e consiga que nengum lar careça das necessidades básicas, embora na sua falta de experiência cometa erros, porque ninguém é infalível, mas sempre é preferível errar por nom saber ou nom ter experiência que ROUBAR. Para finalizar, como dixo o pai da pátria D. José Gervasio Artigas “*Nada devemos esperar se nom é de nós próprios*”.

Manuel Castro Deangelo é membro do Movimento de Participaçom Popular-Frente Amplio-Encuentro Progresista



Contra o terrorismo sionista

INDEPENDÊNCIA PARA PALESTINA

adiante com a resistênciã armada e popular

Perante o fracasso dos acordos de paz de Oslo e o incremento da política terrorista de Israel, o povo palestiano vem impulsionando desde há um ano a segunda intifada, a resistênciã popular contra o colonialismo sionista. Mais de 1.000 mort@s, 35.000 ferid@s, centenas de casas e propriedades destruídas, milhares de árvores arrancadas, milhares de palestinian@s expuls@s das suas terras, perto de três mil pres@s nas cadeias de Israel sujeitos a brutais torturas, constante bloqueio dos territórios *autónomos* que provocam sete milhons de dólares em perdas diárias na economia de umha naçom que luta por subsistir frente à barbárie do fascismo israelita, som o balanço de mais de doze meses de luta popular contra o ocupante.

Mas os meios de comunicacòm burgueses teimam em mostrar unicamente umha das caras da violênciã, a legítima e necessária, a praticada polas 14 organizaçoms patrióticas que unidas impulsionam a defesa de um povo armado com pedras, fuis e coragem contra um ocupante, apoiado polo imperialismo norteamericano e europeu, armado com avions de combate, tanques e helicópteros. Este combate desigual persegue dous grandes objectivos, a libertaçom dos territórios ocupados com o total desmantelamento das colónias e a criaçom de um Estado independente, soberano e viável com capital em Jerusalém. Estes objectivos comuns unificam a actividade das organizaçoms laicas e religiosas, das forças revolucionárias e reformistas.

Ariel Sharon, o general-primeiro ministro que pratica o terrorismo de estado, que bombardeia com F16 a populaçom civil, que assassina crianças, pretende que a Autoridade Nacional Palestiniana se *porte bem* e detenha os militantes mais combativos da resistênciã nacional. Arafat, envelhecido e cansado, julga que metendo em prisom os militantes da FPLP, de Hamas ou da Yihad, vam permitir-lhe construir esse Estado ao qual dedicou a sua vida. Mas os factos estãm aí. Israel nom quer a paz, Israel só pretende destruir Palestina. Após perto de umha década de intermináveis negociaçoms e acordos incumpridos, após mais de meio século de imperialismo, opressom, massacre e terror, o povo palestiano, as suas organizaçoms de libertaçom nacional, sabem que o único caminho é a luta armada e popular para poder dobrigar o fascismo sionista.

Desde a Galiza, esquerda independentista é solidária com a heróica luta da Palestina e apoia incondicionalmente a sua justa causa. A derrota do Estado racista e fascista de Israel, tutelado polos norteamericanos, é a única alternativa viável para lograr a paz e a liberdade.



Arquivo Abrente

Ali Mustafá assassinado

O secretário geral da Frente Popular pola Libertaçom da Palestina (FPLP), organizaçom revolucionária marxista-leninista, foi assassinado polo terrorismo israelita. Com esta criminal açom, enquadrada nos assassinatos selectivos de quadros e destacados militantes da resistênciã nacional, o Estado sionista pretendia descabeçar umha das mais importantes organizaçoms da luta pola libertaçom da Palestina, fundada em 1967.

Ali Mustafá foi abatido em 27 de Agosto por helicópteros do exército ocupante quando se achava trabalhando na sede da FPLP em Ramallah.

Dezenas de milhares de palestinian@s secundárom as mobilizaçoms de dor por esta perda, e centos de combatentes da frente militar da FPLP manifestárom continuar na luta até a vitória. Semanas depois, um comando da FPLP abatia em Israel um dos ministros do governo racista de Ariel Sharon.

A luta continua!

